

Perspectivas 2014

Diretoria da ADUR prevê tendência de acirramento de conflitos sociais



Foto: Andes-SN

Manifestação de professores da Educação Superior em Brasília

A diretoria da ADUR-RJ se reuniu em 7 de dezembro para planejar as atividades do ano de 2014. Na ocasião, a análise das perspectivas que se abrem para o movimento docente e para a política foi uma das prioridades do debate. Na avaliação da diretoria, as jornadas de junho produziram mudanças significativas no cenário político brasileiro, pois alteraram a compreensão comum da política institucional.

Desta forma, as manifestações populares abriram a possibilidade histórica de construção da autonomia política popular em face das instituições representativas, em que pese a aparente diminuição de intensidade das lutas nas cidades.

No campo, por exemplo, os conflitos sociais seguem uma escalada de violência e não há sinais de superação das causas desses embates. Isso porque a postura adotada pelos poderes de Estado é a de defesa do agronegócio e do latifúndio. Já em relação às cidades, é possível afirmar que as lutas travadas em 2013 terão repercussão política em 2014. Sobretudo, durante

a Copa do Mundo, pois boa parte das reivindicações das ruas envolviam a insatisfação com os gastos nesses megaeventos diante da precariedade dos serviços públicos.

Este caráter secundário dos serviços públicos nos cálculos políticos dos governantes não é apenas aparente. Os serviços públicos, entre eles a educação pública, mostram a fronteira de expansão do capital no Brasil, e os governos vêm sinalizando para a abertura cada vez mais intensa, o que permite a penetração da iniciativa privada. Um caso evidente é o da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Com relação à educação, o ano de 2014 será marcado pela provável aprovação do Plano Nacional de Educação, que não direciona a totalidade dos recursos públicos para a educação pública. No caso da educação superior, a perspectiva é acentuar a tendência de expansão do setor privado. O plano também não contém mecanismos para barrar a internacionalização e a concentração de capital que hoje predominam no setor.

Por isso, para a Adur, as eleições

nacionais afetarão o debate sobre os destinos dos serviços públicos e dos direitos sociais. A alternativa entre privatização e estatização tende a ser novamente colocada, mas em um cenário de crise econômica mundial. Desta forma, os principais partidos políticos estarão pressionados pelo capital a cumprirem estritamente as metas de superávit primário, além da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, dificilmente assumirão compromissos com a expansão do investimento público, o que acirrará ainda mais os elementos sociais que produziram as lutas das jornadas de junho.

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

CÓDIGO DISCIPLINAR

PÁGINA 2

OCUPAÇÃO VILA REAL

PÁGINA 4

UFRRJ ELABORA CÓDIGO DISCIPLINAR

ADUR defende ampliação do debate

Há algumas reuniões, o Conselho Universitário da UFRRJ discute o projeto de Código Disciplinar, que visa regulamentar o regimento geral da universidade como previsto no seu capítulo IV, intitulado “Do Regime Disciplinar”. A elaboração do Código Disciplinar é parte de um processo pós-estatuinte, quando diversos setores da universidade discutem novos regimentos para adaptar a estrutura normativa da universidade ao novo estatuto, em vigor desde março de 2012.

De acordo com o novo estatuto, o Código Disciplinar visa “assegurar, manter e preservar o respeito interpessoal, a dignidade das pessoas e o adequado funcionamento da instituição segundo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade (título iv, art. 41)”. Regulamentar setores e práticas dos administradores sejam eles docentes ou técnicos, antes deixados à discricionariedade, é um passo importante para tornar as “regras do jogo” transparentes a toda comunidade universitária e para acabar com a política do “costumes institucionais”.

Entretanto, o projeto de Código Disciplinar transforma em infração atos como “referir-se depreciativamente às atividades e aos atos da administração”

(art. 16, I) e “comparecer ao recinto de trabalho, salas de aula e transitar pelo campus em trajes considerados inadequados” (art. 16, XVI) realizados por alunos, professores e técnicos, prevendo sanções que em muito excedem a atribuição de Administração Pública. Além disso, apenas o reitor, os pró-reitores e os diretores de unidades acadêmicas e de campus poderão abrir inquérito e aplicar sanções disciplinares. Se permanecer desta forma, o Código Disciplinar alargará a assimetria de poder na comunidade universitária e poderá acirrar os conflitos. Para a ADUR, um Código Disciplinar cuja construção não tenha como meio e fim a ampliação da democracia universitária tenderá a ser um instrumento de mera repressão e controle.

Para tornar possível esta adequação democrática da discussão do código disciplinar é preciso realizar algumas ressalvas importantes. Primeiro: um Código Disciplinar deve ter, sobretudo, um caráter procedimental. Isto é, deve se pautar menos pela definição de comportamentos e condutas e as respectivas sanções, e mais pelo estabelecimento de regras cujo intuito seja ordenar o trabalho das comissões e garantir a impessoalidade, fundamentais para uma gestão

racional. No caso dos docentes e técnicos, o Código Disciplinar deve se limitar a esclarecer os pontos em que o RJU silencia, como o processo de produção de provas e o valor relativo dessas provas para o julgamento. Segundo: o processo de aprovação do texto final deve ser amplamente democrático. As audiências públicas não devem servir de mera formalidade, mas como verdadeira forma de garantir a participação de toda comunidade universitária no processo de decisão. Devemos discutir, inclusive, a realização de uma assembleia universitária, dado que se trata de assunto de “alta relevância institucional” (art. 55, b, do Regimento Geral).

A diretoria da ADUR e o conselho de representantes discutem o tema desde 10 de dezembro de 2013, e conjuntamente, decidiram divulgar o texto do projeto do Código Disciplinar a todos os docentes da UFRRJ, assim como realizar um estudo jurídico do mesmo. Para a ADUR, é preciso compreender coletivamente as implicações do texto e formular propostas alternativas, a fim de evitar a aprovação de um instrumento de limitação da democracia universitária, sob pretexto de tornar claras as regras que regem esta mesma democracia.

33º Pré-Congresso define metas

Promover o debate e a troca de experiência entre os militantes do movimento docente sobre a avaliação da conjuntura e as repercussões na política da educação superior brasileira. Esse foi o objetivo do 33º Pré-Encontro das Seções Sindicais do Rio de Janeiro e a diretoria regional da Andes, realizado em 4 de dezembro, às 14h, no auditório do Cefet/RJ.

O encontro avaliou o plano de lutas do setor das federais e estaduais executado em 2013, e apresentou contribuições para os planos de lutas de 2014, fornecendo subsídios para a preparação ao 33º Congresso do ANDES-SN, marcado para o período de 10 a 15 de fevereiro em São Luís.

A programação contou com o painel “A Educação Superior Brasileira no contexto atual”, ministrado pela professora Andréa Vale, pós-doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. No painel, a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), pontuou como há uma precarização das condições de trabalho dos professores devido à falta de infraestrutura, baixos salários e assédio moral de superiores, em especial, durante o estágio probatório, além da expansão promovida pelo Reuni. Para ela, esse quadro atinge “o conjunto de trabalhadores tanto da educação pública quanto da educação privada e, se deve pela globalização do mercado e

do trabalho no mundo”.

Camila Daniel, diretora da ADUR, ressaltou que um dos saldos positivos da greve de 2012 foi a mudança da percepção do corpo docente. “Os professores perceberam que a precarização das condições de trabalho não acontece de forma isolada, mas é um processo comum a toda universidade. Nossa atual diretoria é reflexo dessa realidade multicampi, possível a partir dessa articulação que foi proveniente da greve”, disse.

Em março, a Seção Sindical do Andes deve promover um encontro regional para debater o tema a partir de eixos definidos no 33º pré-encontro.

CSP-COLUNTAS PREVÊ ANO DE LUTAS

Central acredita em acirramento político e social no país

Em reunião realizada no dia 27 de novembro, a Comissão Executiva do Rio de Janeiro da CSP-Conlutas fez uma reflexão sobre os principais acontecimentos políticos de 2013, promovendo uma análise de conjuntura do panorama político e social e das perspectivas para o ano de 2014. De acordo com Frederico Falcão, membro da Executiva da CSP-Conlutas e professor do CTUR, a tendência é que no próximo ano haja uma consolidação e crescimento do processo de lutas iniciado em junho de 2013 e intensificado ao longo do ano.

Para ele, os conflitos sociais e intensificação das lutas serão um reflexo das condições do país no primeiro semestre do próximo ano, devido às perspectivas sociais e econômicas que apontam para um nível de crescimento econômico baixo, acarretando a manutenção de uma política de retenção dos reajustes salariais. “Esse cenário estimulará uma luta constante, porque os trabalhadores vão querer manter o padrão de vida alcançado, além de ampliá-lo. Mas o argumento do baixo crescimento econômico servirá de justificativa, como já aconteceu no passado, para o governo defender esse sistema perverso de contenção, o que promoverá um acirramento da luta de classes”, destaca Frederico Falcão.

Segundo ele, outro elemento para mobilizações populares e conflitos sociais será a realização da Copa do Mundo, principalmente devido aos desvios de verbas públicas provenientes da corrupção, além do volume de recursos públicos destinados às obras de infraestrutura das cidades, que seriam o legado da realização da Copa no Brasil. “O legado da Copa não existe. Cada vez mais é necessário utilizar verbas públicas nas obras para cobrir o recurso privado que não entrou ou foi desviado. Os legados atuais acabaram sendo somente os estádios de futebol, mas mesmo eles são feitos com diversos problemas. Eles têm sido sorvedouros de recursos públicos e, até, de vidas dos trabalhadores, como temos visto nas diversas “arenas” construídas a “toque de caixa” devido aos prazos estipulados e à falta de respeito mínimo à vida”.

E completa: “Não houve



FOTO: ADUFF-RJ

melhorias nas condições de vida da população, em termos de mobilidade e outras. Essa perspectiva foi abandonada pelo governo e as contas dessas obras não param de crescer. Por isso, haverá intensas manifestações contra esse falso legado”, ressalta o membro executivo da Conlutas.

Falcão enfatiza, inclusive, um aparente conflito que acomete setores cada vez maiores da população brasileira. Se por um lado são apaixonados pela seleção brasileira, a cada dia esses setores tomam consciência dos aspectos que estão por trás da realização da Copa do Mundo no país. “Eles não abandonam o lado futebolístico, mas também não deixam de questionar a forma que a Copa do Mundo será realizada em relação ao uso do dinheiro público”, opina.

Outro ponto destacado pela análise de conjuntura feita pela Executiva da CSP-Conlutas é o das campanhas salariais. Para a Central, já há setores do funcionalismo público que apontam para uma forte insatisfação com os acordos salariais firmados em 2013, o que deflagra um sentimento de greve nessa parcela dos trabalhadores brasileiros, em virtude da crescente alta dos índices da inflação e dos “acordos salariais” feitos com o governo. Em geral, acordos impostos aos servidores que não contemplaram as necessidades da categoria.

Além disso, as mobilizações de junho levantaram uma série de aspectos políticos e demandas sociais que não tiveram atenção de parte dos

governos. Para Frederico Falcão, por mais desorganizada que seja essa população que foi às manifestações de forma espontânea, as mobilizações mostraram uma consciência política que trará reflexos práticos, principalmente em 2014. Ano de disputa eleitoral para a Presidência da República e para os governos estaduais. “Há um descontentamento mais que latente na classe trabalhadora que se manifesta nas redes sociais. Para nós, a tendência não será manifestações somente contra o voto. Essa insatisfação não ficará apenas nas ações individualizadas. A manutenção do quadro político trará um levante que pedirá novas e verdadeiras reformas políticas e sociais, o que agravará a disputa a partir de mobilizações na rua”, diz Falcão. Ele acrescenta que, até agora, o que se viu de resposta por parte dos executivos federal e estaduais e do parlamento, foi a ampliação do processo de criminalização dos movimentos sociais.

A Executiva Estadual da CSP-Conlutas destaca ainda o cenário internacional como estímulo para um aumento da consciência e acirramento das lutas dos trabalhadores. Segundo a Central, questões como a não superação da crise do capitalismo, os índices mais baixos da economia chinesa, que afetam diretamente o Brasil, o desemprego, além da corrupção no país, devem promover a organização e luta dos trabalhadores e da população pobre, o que abrirá espaços para um clima de constantes conflitos sociais.

MOVIMENTO SOCIAL

Direito à moradia: Ocupação Vila Real

Em 9 de setembro de 2013, agentes da prefeitura de Seropédica acompanhados de guardas municipais e policiais militares, foram à ocupação Vila Real, com um mandado de segurança para retirar famílias do local. Com ajuda de tratores, 11 casas foram demolidas, mas os moradores conseguiram impedir a derrubada de outras casas. Segundo eles, o projeto da prefeitura é construir no local uma rodoviária devido a especulação imobiliária iniciada em Seropédica.

Foi nesse contexto que a família de Carol Souza, de 19 anos, soube que o lote comprado pelo pai há quatro anos é de propriedade do Incra, órgão responsável por uma ação de reintegração de posse na 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro desde 2002.

“Moramos de aluguel um ano e meio até chegar à ocupação e construímos nossa casa. Meu pai comprou um lote de um morador que, agora sabemos, não poderia ter vendido. Mas somente agora, em 2013, foi que a gente descobriu toda a história da ocupação”, conta Carol Souza.

Carol veio morar em Seropédica para realizar um sonho: ter uma universitária na família. A mãe de Carol, Cirley Eliane, passou em 2009 no vestibular para o curso de administração na UFRRJ. Por isso, no mesmo ano, toda a família saiu de Volta Redonda para morar em Seropédica. Cirley Eliane conclui os estudos em 2014.

Após o conflito, em 16 setembro de 2013, a prefeitura de Seropédica se reuniu com os moradores para tentar resolver o conflito. Durante a reunião, Wilson Beserra, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, disse aos moradores que estava ali para garantir a moradia e a regularização fundiária de todos. Porém, de acordo com os moradores, a intenção da prefeitura é remover a ocupação Vila Real. Eles receberiam aluguel social da prefeitura até a construção de casas populares numa região distante do bairro de Vila Real. Não há previsão de entrega das casas populares.

“Já fizeram inúmeros cadastros das famílias. Em ano de eleição sempre aparecem lá. Mas nada é resolvido. Por isso, não acredito que queiram usar o terreno para construir rodoviária pela



Foto: Arquivo/Ocupação Vila Real

Tratores derrubam 11 casas na Ocupação em 9 setembro de 2013

necessidade da cidade. Para mim, ao longo de 11 anos, a região se tornou estratégica para o poder público devido à construção do Arco Metropolitano, afinal, estamos de frente à Via Dutra. Sem contar que já começaram a construir um condomínio de classe média alta em frente a nossa ocupação. Você acha que eles vão querer ficar olhando para pobreza?”, questiona Carol Souza.

Luta e resistência

O terreno de propriedade do Incra, com mais de 77 mil m² está localizado no KM 54 da Via Dutra. Com mais de 42 mil m² ocupados, fez parte da gleba do extinto Núcleo Colonial Santa Alice, e ganhou a destinação social desprezada por órgãos públicos há 11 anos, quando cerca de cem famílias decidiram ocupar o espaço. O terreno, cedido pelo Incra ao Dnit, estava abandonado. No total, vivem hoje na ocupação 220 famílias em lotes distribuídos igualmente a partir de uma planta feita por um professor da UFRRJ em 2005.

Desde a ocupação em 2002, os moradores lutam pela permanência e urbanização do espaço. Até hoje as casas têm encanamento feito em forma de mutirão pelos moradores. Por meio de documentos da Arquidiocese de Itaguaí, é possível acompanhar o processo de solicitação de saneamento básico e instalação de

rede elétrica para a ocupação. Pedidos sempre ignorados pelo poder público de Seropédica.

Em 2006, após envio de carta à ouvidoria do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em Brasília, os moradores conseguiram marcar uma reunião com o Incra. De acordo com a ata da reunião realizada em setembro daquele ano, o órgão se comprometeu a desistir da ação de reintegração de posse e doar o terreno para a prefeitura com a condição de servir para “regulamentação fundiária dos atuais ocupantes da referida localidade”, diz a ata.

Contudo, até hoje a prefeitura não efetivou o acordo, mesmo tendo cadastrado os moradores e até cobrar IPTU de parte deles. O Incra também segue com a ação de reintegração de posse aberta na 24ª Vara Federal do RJ. Segundo relato dos moradores, o defensor público que está à frente do caso ainda não se reuniu com eles. No momento, os moradores se organizam por meio de uma associação para resistir à tentativa de remoção.

Segundo a professora da UFRRJ do DCJ/ICHS, Tatiana Cotta, apesar do caso ser complexo, a prefeitura não pode demolir qualquer casa da ocupação. “Os moradores citados na ação não residem mais na ocupação Vila Real, logo, os atuais moradores não podem ser retirados a partir desta ação”, explica.